



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Chamada Pública é a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição de gêneros alimentícios** (legumes, verduras, frutas e café em grãos e em pó) de agricultores familiares e demais organizações beneficiárias que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2016, com fulcro na Resolução nº 84/2020, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, regulamentado no art. 34, inciso I do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021, visando atender as necessidades do Ministério da Defesa (MD), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UND	QTD	VALOR
1	FRUTA IN NATURA; TIPO: BANANA ; ESPÉCIE: NANICA .	BR0464380	KG	182	R\$
2	FRUTA IN NATURA; TIPO: GOIABA ; ESPÉCIE: VERMELHA .	BR0464392	KG	70	R\$
3	FRUTA IN NATURA; TIPO: LIMÃO ; ESPÉCIE: TAITI .	BR0464398	KG	215	R\$
4	FRUTA IN NATURA; TIPO: MARACUJÁ ; ESPÉCIE: AZEDO .	BR0464415	KG	52	R\$
5	FRUTA IN NATURA; TIPO: MORANGO .	BR0464328	KG	156	R\$
6	LEGUME IN NATURA; TIPO: ABÓBORA ESPÉCIE: JAPONESA .	BR0463748	KG	148	R\$
7	LEGUME IN NATURA; TIPO: ABOBRINHA ; ESPÉCIE: ITALIANA .	BR0463749	KG	148	R\$
8	LEGUME IN NATURA; TIPO: BATATA DOCE ; ESPÉCIE: AMARELA/ROSADA .	BR0463753	KG	134	R\$
9	LEGUME IN NATURA; TIPO: BERINJELA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463764	KG	156	R\$
10	LEGUME IN NATURA; TIPO: BETERRABA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463767	KG	156	R\$
11	LEGUME IN NATURA; TIPO: CENOURA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463770	KG	278	R\$
12	LEGUME IN NATURA; TIPO: CHUCHU ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463778	KG	156	R\$
13	LEGUME IN NATURA; TIPO: ERVILHA ; ESPÉCIE: TORTA .	BR0463793	KG	156	R\$
14	LEGUME IN NATURA; TIPO: GENGIBRE ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463900	KG	24	R\$
15	LEGUME IN NATURA; TIPO: INHAME ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463789	KG	110	R\$
16	LEGUME IN NATURA; TIPO: JILÓ ; ESPÉCIE: REDONDO .	BR0463790	KG	100	R\$
17	LEGUME IN NATURA; TIPO: MANDIOCA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463795	KG	208	R\$
18	LEGUME IN NATURA; TIPO: MAXIXE ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463791	KG	98	R\$
19	LEGUME IN NATURA; TIPO: PEPINO ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463796	KG	100	R\$
20	LEGUME IN NATURA; TIPO: PIMENTÃO ; ESPÉCIE: AMARELO .	BR0463802	KG	156	R\$
21	LEGUME IN NATURA; TIPO: PIMENTÃO ; ESPÉCIE: VERDE .	BR0463809	KG	156	R\$
22	LEGUME IN NATURA; TIPO: PIMENTÃO ; ESPÉCIE: VERMELHO .	BR0463808	KG	156	R\$
23	LEGUME IN NATURA; TIPO: QUIABO ; ESPÉCIE: LISO .	BR0463792	KG	168	R\$
24	LEGUME IN NATURA; TIPO: RABANETE ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463799	KG	30	R\$
25	LEGUME IN NATURA; TIPO: TOMATE ; ESPÉCIE: CEREJA .	BR0463803	KG	156	R\$
26	LEGUME IN NATURA; TIPO: TOMATE ; ESPÉCIE: SALADETE OU CAQUI .	BR0463804	KG	312	R\$
27	LEGUME IN NATURA; TIPO: VAGEM ; ESPÉCIE: MANTEIGA .	BR0463814	KG	110	R\$
28	VERDURA IN NATURA; TIPO: ACELGA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463818	KG	72	R\$
29	VERDURA IN NATURA; TIPO: AGRIÃO ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463819	KG	120	R\$
30	VERDURA IN NATURA; TIPO: ALFACE ; ESPÉCIE: AMERICANO .	BR0463830	KG	268	R\$
31	VERDURA IN NATURA; TIPO: ALFACE ; ESPÉCIE: CRESPA .	BR0463832	KG	276	R\$

32	VERDURA IN NATURA; TIPO: ALHO PORÓ ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463865	KG	104	R\$
33	VERDURA IN NATURA; TIPO: BRÓCOLIS ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463837	KG	156	R\$
34	VERDURA IN NATURA; TIPO: CEBOLINHA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463878	KG	52	R\$
35	VERDURA IN NATURA; TIPO: CHICÓRIA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463821	KG	96	R\$
36	VERDURA IN NATURA; TIPO: COENTRO ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463876	KG	50	R\$
37	VERDURA IN NATURA; TIPO: COUVE ; ESPÉCIE: MANTEIGA .	BR0481109	KG	96	R\$
38	VERDURA IN NATURA; TIPO: COUVE-FLOR ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463831	KG	100	R\$
39	VERDURA IN NATURA; TIPO: ESPINAFRE ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463824	KG	16	R\$
40	VERDURA IN NATURA; TIPO: HORTELÃ ; ESPÉCIE: NATURAL .	BR0463898	KG	12	R\$
41	VERDURA IN NATURA; TIPO: MANJERICÃO ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463906	KG	12	R\$
42	VERDURA IN NATURA; TIPO: MILHO VERDE ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463797	KG	45	R\$
43	VERDURA IN NATURA; TIPO: NABO ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463798	KG	48	R\$
44	VERDURA IN NATURA; TIPO: PIMENTA ; ESPÉCIE: DE CHEIRO .	BR0463923	KG	12	R\$
45	VERDURA IN NATURA; TIPO: REPOLHO ROXO ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463829	KG	50	R\$
46	VERDURA IN NATURA; TIPO: REPOLHO VERDE ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463839	KG	74	R\$
47	VERDURA IN NATURA; TIPO: RÚCULA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463826	KG	110	R\$
48	VERDURA IN NATURA; TIPO: SALSA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0463930	KG	52	R\$
49	CAFÉ . TIPO: TORRADO ; APRESENTAÇÃO: GRÃO ; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRÃOS 100% ARÁBICO.	BR0463585	KG	45	R\$
50	CAFÉ . TIPO: TORRADO ; APRESENTAÇÃO: MOÍDO ; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRÃOS 100% ARÁBICO.	BR0463593	PCT 500 G	6.565	R\$
O CUSTO TOTAL DESTA AQUISIÇÃO POSSUI O VALOR DE					

Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 30 (4363508) e Mapa Comparativo de Preços (4799778).

1.2. O prazo de vigência da contratação é adstrito ao exercício financeiro em vigor, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

1.2.1. As previsões de aquisição dos gêneros alimentícios são a contar de 01 de junho de 2022.

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	2020	2021											MÉDIA MENSAL	MÉDIA ANUAL
			DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV		
1	FRUTA IN NATURA; TIPO: BANANA ; ESPÉCIE: NANICA .	Kg	15	24	10	30	20	12	15	6	10	18	10	12	15	182
2	FRUTA IN NATURA; TIPO: GOIABA ; ESPÉCIE: VERMELHA .	Kg	6	5	8	5	10	5	6	8	5	2	5	5	6	70
3	FRUTA IN NATURA; TIPO: LIMÃO ; ESPÉCIE: TAITI .	Kg	15	20	20	20	25	20	15	10	15	20	20	15	18	215
4	FRUTA IN NATURA; TIPO: MARACUJÁ ; ESPÉCIE: AZEDO .	Kg	1	1	2	4	4	1	4	1	2	1	2	1	2	52
5	FRUTA IN NATURA; TIPO: MORANGO .	Kg	6	6	10	10	8	12	8	10	8	8	8	8	9	156
6	LEGUME IN NATURA; TIPO: ABÓBORA ESPÉCIE: JAPONESA .	Kg	15	10	10	20	12	15	12	12	12	8	10	12	12	148
7	LEGUME IN NATURA; TIPO: ABOBRINHA ; ESPÉCIE: ITALIANA .	Kg	15	12	12	18	12	15	12	12	12	8	10	10	12	148

8	LEGUME IN NATURA; TIPO: BATATA DOCE ; ESPÉCIE: AMARELA/ROSADA .	Kg	12	12	8	12	12	14	12	12	10	10	10	10	11	134
9	LEGUME IN NATURA; TIPO: BERINJELA ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	10	8	10	12	10	10	10	10	10	12	10	8	10	156
10	LEGUME IN NATURA; TIPO: BETERRABA ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	10	10	12	15	15	12	12	10	12	12	12	12	12	156
11	LEGUME IN NATURA; TIPO: CENOURA ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	22	25	20	25	22	25	18	18	20	25	30	28	23	278
12	LEGUME IN NATURA; TIPO: CHUCHU ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	16	12	10	12	14	12	12	8	6	4	6	10	10	156
13	LEGUME IN NATURA; TIPO: ERVILHA ; ESPÉCIE: TORTA .	Kg	8	6	10	8	10	8	8	10	10	12	10	10	9	156
14	LEGUME IN NATURA; TIPO: GENGIBRE ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24
15	LEGUME IN NATURA; TIPO: INHAME ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	10	8	12	14	8	10	10	6	6	6	10	10	9	110
16	LEGUME IN NATURA; TIPO: JILÓ ; ESPÉCIE: REDONDO .	Kg	12	8	8	12	8	10	8	6	8	8	4	8	8	100
17	LEGUME IN NATURA; TIPO: MANDIOCA ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	20	14	10	25	10	20	25	10	10	10	14	14	15	208
18	LEGUME IN NATURA; TIPO: MAXIXE ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	8	6	8	10	8	10	12	8	6	8	8	6	8	98
19	LEGUME IN NATURA; TIPO: PEPINO ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	10	6	4	10	10	8	10	6	10	10	8	8	8	100
20	LEGUME IN NATURA; TIPO: PIMENTÃO ; ESPÉCIE: AMARELO .	Kg	10	6	6	10	8	10	8	8	10	8	8	8	8	156
21	LEGUME IN NATURA; TIPO: PIMENTÃO ; ESPÉCIE: VERDE .	Kg	10	6	6	10	8	10	10	8	8	6	8	8	8	156
22	LEGUME IN NATURA; TIPO: PIMENTÃO ; ESPÉCIE: VERMELHO .	Kg	10	8	8	8	10	10	10	6	6	8	8	8	8	156
23	LEGUME IN NATURA; TIPO: QUIABO ; ESPÉCIE: LISO .	Kg	10	14	10	15	14	15	15	15	15	15	15	15	14	168
24	LEGUME IN NATURA; TIPO: RABANETE ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	2	4	2	2	2	2	4	4	2	2	2	2	3	30

25	LEGUME IN NATURA; TIPO: TOMATE ; ESPÉCIE: CEREJA .	Kg	12	10	12	16	12	12	10	8	10	12	10	10	11	156
26	LEGUME IN NATURA; TIPO: TOMATE ; ESPÉCIE: MADURO .	Kg	18	20	20	24	18	20	18	20	12	10	10	10	17	312
27	LEGUME IN NATURA; TIPO: VAGEM ; ESPÉCIE: MANTEIGA .	Kg	10	9	12	12	8	9	8	8	6	8	8	12	9	110
28	VERDURA IN NATURA; TIPO: ACELGA ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	8	4	8	10	4	6	6	4	4	2	10	6	6	72
29	VERDURA IN NATURA; TIPO: AGRIÃO ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	8	10	8	10	12	12	10	8	10	12	10	10	10	120
30	VERDURA IN NATURA; TIPO: ALFACE ; ESPÉCIE: AMERICANO .	Kg	25	20	20	28	20	25	20	20	25	25	20	20	22	268
31	VERDURA IN NATURA; TIPO: ALFACE ; ESPÉCIE: CRESPA .	Kg	25	25	25	28	25	20	25	20	15	22	28	18	23	276
32	VERDURA IN NATURA; TIPO: ALHO PORÓ ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	4	8	6	8	4	4	4	8	8	6	6	6	6	104
33	VERDURA IN NATURA; TIPO: BRÓCOLIS ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	18	20	14	20	8	12	12	8	10	10	14	10	13	156
34	VERDURA IN NATURA; TIPO: CEBOLINHA ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	5	4	4	5	4	4	4	4	4	3	4	3	4	52
35	VERDURA IN NATURA; TIPO: CHICÓRIA ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	4	6	6	10	6	6	10	10	10	10	10	8	8	96
36	VERDURA IN NATURA; TIPO: COENTRO ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	5	4	4	5	4	5	4	4	4	3	4	4	4	50
37	VERDURA IN NATURA; TIPO: COUVE ; ESPÉCIE: MANTEIGA .	Kg	10	8	6	8	6	8	10	6	6	8	10	10	8	96
38	VERDURA IN NATURA; TIPO: COUVE-FLOR ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	10	9	9	8	10	10	6	8	10	6	8	6	8	100
39	VERDURA IN NATURA; TIPO: ESPINAFRE ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	1	1	1	1	2	2	1	1	2	2	1	1	1	16
40	VERDURA IN NATURA; TIPO: HORTELÃ ; ESPÉCIE: NATURAL .	Kg	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
41	VERDURA IN NATURA; TIPO: MANJERICÃO ; ESPÉCIE: COMUM .	Kg	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
42	VERDURA IN	Kg	10	15	10	10	0	0	0	0	0	0	0	0	4	45

	NATURA; TIPO: MILHO VERDE; ESPÉCIE: COMUM.															
43	VERDURA IN NATURA; TIPO: NABO; ESPÉCIE: COMUM.	Kg	4	4	4	6	4	4	2	4	2	4	6	4	4	48
44	VERDURA IN NATURA; TIPO: PIMENTA; ESPÉCIE: DE CHEIRO.	Kg	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
45	VERDURA IN NATURA; TIPO: REPOLHO ROXO; ESPÉCIE: COMUM.	Kg	8	4	4	6	2	8	6	2	2	4	2	2	4	50
46	VERDURA IN NATURA; TIPO: REPOLHO VERDE; ESPÉCIE: COMUM.	Kg	8	4	8	6	8	6	6	8	6	6	4	4	6	74
47	VERDURA IN NATURA; TIPO: RÚCULA; ESPÉCIE: COMUM.	Kg	10	12	8	14	8	10	10	4	8	8	10	8	9	110
48	VERDURA IN NATURA; TIPO: SALSA; ESPÉCIE: COMUM.	Kg	5	4	4	5	4	5	4	4	3	4	4	4	4	52
49	CAFÉ. TIPO: TORRADO; APRESENTAÇÃO: GRÃO; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRÃOS 100% ARÁBICO.	Kg	6	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	45
50	CAFÉ. TIPO: TORRADO; APRESENTAÇÃO: MOÍDO; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRÃOS 100% ARÁBICO.	PCT	611	695	414	704	946	584	827	1.193	635	1.177	698	657	762	6.565

Planilha de Consumo e Previsão - 2022 (4436080).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A demanda apresentada pela Assessoria de Cerimonial do Gabinete do Ministro (ASCER/GM), tem como objetivo a aquisição de frutas, verduras, legumes e café em grãos e pó de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio de **Chamada Pública**.

2.2. Este processo de aquisição contempla a maior parte dos hortifrúteis necessários para atendimento da demanda deste MD.

2.3. Os itens que compõem este processo estão classificados da seguinte forma:

2.3.1. Hortifrúteis, itens de 1 a 48; e

2.3.2. Gênero seco, itens 49 e 50.

2.4. A vigência do contrato a ser estabelecido será de 12 (doze) meses.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Apêndice I** deste Termo de Referência. Que tem por finalidade a realização de Chamamento Público para a aquisição de gêneros alimentícios (legumes, verduras, frutas e café em grãos e em pó) de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2016.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS

4.1. Trata-se de aquisições, denominada de Chamada Pública da Agricultura Familiar, a compra institucional deverá contratada mediante dispensa do procedimento licitatório, em sua forma eletrônica, de acordo com a Lei nº 11.326/2006 e com o § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009.

4.2. Os produtos perecíveis devem ser de 1ª (primeira) qualidade e na ocasião da entrega deverão apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.

4.3. Os frutos, verduras e legumes deverão apresentar-se:

4.3.1. Total integridade dos produtos, sem quaisquer tipos de danos;

4.3.2. Sem apresentações de amassados, rachados, cortados, partes faltando, furados, podres, sem traços de descoloração e ou qualquer defeito que comprometa a sua qualidade do gênero;

4.3.3. As frutas, verduras e legumes deverão ser frescos e em boas condições de consumo;

4.3.4. Isentos de substâncias tóxicas;

4.3.5. Sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;

4.3.6. Sem umidade externa anormal;

4.3.7. Isentos de odores e sabores estranhos; e

4.3.8. Isentos de enfermidades.

4.4. Para o produto café torrado e moído e café torrado em grão:

4.4.1. Os produtos deverão conter em sua embalagem as informações previstas para rotulagem de produto;

4.4.2. A rotulagem deverá ser aprovada (registrada) pelo órgão competente, constando nesta, nome e informações sobre o produto, lote, data de fabricação e de validade, CNPJ, nome e endereço do fabricante/fornecedor, condições de armazenamento, nomenclatura do material, unidade de fornecimento, quantidade e peso da embalagem;

4.4.3. A embalagem deve ser fabricada em material atóxico, limpa, sem rasgos, amassados, cortados, sem sinais de ferrugens, cortados, furados ou qualquer dano que possa ocasionar alterações ao produto;

4.4.4. Os produtos devem ser embalados à vácuo em sacos laminados e com diversas camadas para que o café dentro da embalagem seja preservado contra umidade, odores, luz, troca de gases ou quaisquer danos que possam ocasionar dano ao produto, quando for o caso do produto; e

4.4.5. Será exigido o constante no inciso III, do art. 5º, da Instrução Normativa 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, que diz: “[...] os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento [...]”.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º, da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, quando couber;

5.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.3. A CONTRATADA deverá estar alinhada com a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, observando a correta aplicação nos produtos de hortifrúts.

5.4. O Decreto nº 7.746/2012, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

5.5. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021) e demais Legislações Específicas para a presente contratação, dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente instrumento sobre procedimentos e determinações acerca da Chamada Pública e características de produtos alimentícios, portanto, devem ser observados todos os critérios sustentáveis.

5.5.1. Agrotóxicos – Segurança e regramentos para o uso:

5.5.1.1. Produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento, conforme Decreto nº 4.074/2002, art. 1º, IV.

5.6. Aquisições de Alimentos – Programa Alimenta Brasil, regidos pela Lei nº 14.284/2021, com fulcro no art. 32º – Dispensa de Licitação – Chamada Pública:

5.7. Percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. Os Gêneros Alimentícios, que constituem o objeto deste projeto, deverão ser fornecidos de forma parcelada, de acordo com a demanda, em estrita observância às especificações de que trata este instrumento.

6.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tais como: Decreto-Lei nº 986/1969 e Resolução nº 12/CNNPA/1978”.

6.3. A CONTRATADA deverá ter condições de realizar a entrega dos itens referentes aos Gêneros Alimentícios no prazo de entrega de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento do pedido via Fax/ou E-mail, atestado pela respectiva nota de empenho, no seguinte endereço: Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco “Q” - Subsolo – Brasília - DF – COSER / Seção de Gestão Alimentar - Portão de acesso pela Via N2 - CEP 70052-900, deverá ser entregue em de forma parcelada, conforme o pedido.

6.3.1. Este prazo está relacionado a maior perfectibilidade desses tipos de gêneros, tendo em vista a sua resistência, grau de maturação, prazo de validade para o consumo e entre outros critérios de aceitabilidade do produto, conforme o item 4 previstos nesse instrumento.

6.4. **Horário de entrega:**

6.4.1. Das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

6.4.2. Telefones da COSER/SEGAL: (61) 3312-4360 / 3312-4267 - FERNANDO JOSÉ PASCOAL, Assistente.

6.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 7 (sete) dias do prazo total antes de sua validade.

6.6. A inspeção dos produtos será realizada no local de entrega, pelo setor demandante.

6.7. Será dispensado o recebimento provisório os itens de **1 a 48** (frutas, legumes e verduras) nos termos do art. 74 da Lei nº 8.666/1993, para os itens **49 e 50** (café e grão e torrado moído) o recebimento será no ato da entrega, pela COSER/SEGAL, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta.

6.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.9. Os Gêneros Alimentícios serão recebidos definitivamente no recebimento da entrega, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.9.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.11. **Dos requisitos sociais:**

6.11.1. A Política Nacional da Agricultura Familiar (PNAF) compreende as seguintes finalidades:

6.11.1.1. Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

6.12. Atender o contido no Decreto nº 8.473, de 22 de Junho 2015, que estabelece no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, através de uma Chamada Pública para a aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 34, inciso I do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021, e na Resolução GGPAA nº 84, de 10 de agosto de 2020. Que dispõe sobre a execução da modalidade "Compra Institucional", no âmbito do Programa Alimenta Brasil.

6.13. **Quantitativos mínimos por demanda:**

6.13.1. Tendo em vista que a produção agrícola possui características intrínsecas com dependência de questões climáticas, biológicas e físicas que influenciam toda a cadeia produtiva. A perecibilidade, homogeneidade, sazonalidade de oferta, riscos climáticos, baixa elasticidade da demanda e rigidez de oferta são características intrínsecas à produção agrícola e seus produtos. Esses fatores fazem com que as produções apresentem limitações e inviabilização tanto econômica como cultural em determinada época do ano, tendo em vista estas características de sazonalidade, não será definida requisição mínima.

6.14. O planejamento de aquisição levou em consideração o histórico de consumo no período de dezembro de 2020 a novembro de 2021, bem como, as quantidades de cardápios que será elaborado no refeitório do 6º andar e atendimentos de copas e reuniões (café em grão e em pó), no **período de (12) doze meses**;

6.15. Com o início da terceirização dos refeitórios do subsolo em 01/06/19, a aquisição dos Gêneros Alimentícios dos itens de 1 a 50 que compõem este processo, atenderá exclusivamente a demanda do refeitório do 6º andar e o item 50 vai suprir as necessidades para atendimento de apoio as reuniões, copas do bloco 'Q' e anexo do bloco 'O', bem como, a eventos institucionais (comemoração de 7 de setembro).

6.16. O item 49 – “café. Tipo: torrado; apresentação: grão; tipo embalagem: a vácuo em papel alumínio; características adicionais: grãos 100% arábico. ”, o referido item se destinará ao Cassino D’armas, conforme Despacho 62 (4654940).

6.17. O valor estimado inicial do processo é de R\$ 186.280,30 (Cento e oitenta e seis mil, duzentos e oitenta reais e trinta centavos), conforme especificado na planilha (4436080).

6.18. O conceito de qualidade de legumes, frutas e verduras envolve um conjunto de atributos, dentre os quais: aparência visual (frescor, cor, defeitos e deterioração), textura (firmeza, resistência e integridade do tecido), sabor e aroma, valor nutricional e segurança do alimento.

6.19. No recebimento dos gêneros será verificado se os produtos apresentam as características técnicas constantes das tabelas abaixo:

Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 40.

Devem apresentar-se frescos, **não imaturos** e com aromas característicos das espécies. Produtos íntegros, firmes, sem traços de descoloração ou manchas, ímpecáveis e mecânicos que afetem a aparência e que facilitem a proliferação de bactérias putrefativas, rachaduras, perfurações e cortes. Devem estar livres de enfermidades, isenta de superfície externa, terra, bolor ou mucosidade, nem umidade externa anormal (“textura gosmentada”). Os produtos que apresentarem uma ou mais condições acima citadas, deverão ser repostos em quantidades iguais às não aproveitadas/indicadas ao consumo humano.

Itens: 8, 17 e 24.

Devem apresentar-se frescos, limpos, **com cascas**, não imaturos e com aromas característicos das espécies. Produtos íntegros, firmes, sem traços de descoloração ou manchas, ímpecáveis e mecânicos que afetem a aparência e que facilitem a proliferação de bactérias putrefativas, rachaduras, perfurações e cortes. Devem estar livres de enfermidades, isenta de superfície externa, terra, bolor ou mucosidade, nem umidade externa anormal (“textura gosmentada”). Os produtos que apresentarem uma ou mais condições acima citadas, deverão ser repostos em quantidades iguais às não aproveitadas/indicadas ao consumo humano.

Itens: 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47 e 48.

Devem apresentar-se frescos, **não imaturas**, limpas e com aromas característicos das espécies. Produtos íntegros, firmes, sem traços de descoloração ou manchas, ímpecáveis e mecânicos que afetem a aparência e que facilitem a proliferação de bactérias putrefativas, rachaduras, perfurações e cortes. Devem estar livres de enfermidades, isenta de superfície externa, terra, bolor ou mucosidade, nem umidade externa anormal (“textura gosmentada”). Os produtos que apresentarem uma ou mais condições acima citadas, deverão ser repostos em quantidades iguais às não aproveitadas/indicadas ao consumo humano.

Itens: 13 e 27.

Devem apresentar-se frescos, **em vargens**, não imaturas e com aromas característicos das espécies. Produtos íntegros, firmes, sem traços de descoloração ou manchas, ímpecáveis e mecânicos que afetem a aparência e que facilitem a proliferação de bactérias putrefativas, rachaduras, perfurações e cortes. Devem estar livres de enfermidades, isenta de superfície externa, terra, bolor ou mucosidade, nem umidade externa anormal (“textura gosmentada”). Os produtos que apresentarem uma ou mais condições acima citadas, deverão ser repostos em quantidades iguais às não aproveitadas/indicadas ao consumo humano.

Itens: 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 25.

Devem apresentar-se frescos, **com casca**, não imaturos e com aromas característicos das espécies. Produtos íntegros, firmes, sem traços de descoloração ou manchas, ímpecáveis e mecânicos que afetem a aparência e que facilitem a proliferação de bactérias putrefativas, rachaduras, perfurações e cortes. Devem estar livres de enfermidades, isenta de superfície externa, terra, bolor ou mucosidade, nem umidade externa anormal (“textura gosmentada”). Os produtos que apresentarem uma ou mais condições acima citadas, deverão ser repostos em quantidades iguais às não aproveitadas/indicadas ao consumo humano.

Itens: 49 e 50.

Devem apresentar-se em suas respectivas embalagens originais de fabricação, destinadas a garantir a conservação e facilitar o transporte e manuseio. A rotulagem alimento, lista de ingredientes, quando for o caso, conteúdos líquidos, identificador da origem, nome ou razão social e endereço do fabricante, dono da marca ou do prazo de validade (antes e depois de aberto), instruções sobre o preparo do alimento, quando for necessário, denominação de condições especiais para a conservação devidamente visível, legível, compreensível, cumprindo toda a totalidade dos parâmetros que identifica a qualidade do alimento, embalagens totalmente integras, cor qualquer tipo de aberturas, rachaduras, cortes, perfurações, amassados, ferrugem ou quaisquer tipos de danificações anormais a embalagem que possa danificar o p 259, de 20 de setembro de 2002 e demais informações necessárias e obrigatórias.

6.20. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tais como: Decreto-Lei nº 986/1969, Resolução nº 33/CNNPA/1977 e Resolução nº 12/CNNPA/1978.

6.21. Deverão ser tomadas medidas para proteger os produtos alimentícios de contaminação por animais, insetos, aves e por elementos químicos ou microbiológicos ou por outras substâncias indesejáveis, durante a manipulação, a armazenagem e o transporte.

6.22. O item 50, café torrado e moído, terá sua previsão de aquisição mantida conforme a tabela de consumo SEI (4436080) para atendimento ao refeitório do 6º andar, às Copas, reuniões e eventos institucionais e deverá ser adquirido para um período de 07 (sete) meses, considerando que o estoque atual atende a demanda por 05 (cinco) meses.

6.23. Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no Órgão Federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos Órgãos Federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002.

6.24. Para produtos minimamente processados de origem vegetal como fruta ou hortaliça, ou combinação destas, que tenha sido fisicamente alterada, mas que permaneça no estado fresco, ou seja, que tenham sido lavados, sanitizados, cortados, fatiados, ralados, picados, descascados, torneados ou na forma de cubos, que são enquadrados como produto de frutas ou produto de vegetais (RDC N.º 272/2005 – ANVISA).

6.25. O estabelecimento deve ter Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento válidos. Deve ser apresentada a cópia do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento do estabelecimento, sendo que durante a execução do projeto deve ser exigida a cópia da renovação do alvará sanitário, caso expire a validade do documento recebido anteriormente à formalização da proposta de participação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

7.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido

7.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.1.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao fornecedor, item e quantidade.

8.2.1. Para o café acrescentar marca, fabricante, lote, procedência e prazo de validade.

8.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

8.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública.

8.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.7. Sujeitar-se à fiscalização da COSER/SEGAL quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

8.8. Responder por perdas e danos que vier a sofrer a AC/MD ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

8.9. Responsabilizar-se pelo produto até o efetivo recebimento por parte da COSER/SEGAL adotando todas as medidas julgadas cabíveis, inclusive as que se referem à segurança e ao transporte até o local de entrega, arcando, dessa forma, com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a AC/MD.

8.10. Responder por perdas e danos que vier a sofrer o Órgão comprador ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

8.11. Responsabilizar-se pelo produto até o efetivo recebimento por parte do Órgão comprador, adotando todas as medidas julgadas cabíveis, inclusive as que se referem à segurança e ao transporte até o local de entrega, arcando, dessa forma, com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para o Órgão participante/Unidade Gestora compradora.

8.12. Assumir inteira responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados a terceiros, no cumprimento do contrato.

8.13. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, taxas, contribuições, fretes e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

8.14. Atender as normas de segurança e demais regulamentos no âmbito da AC/MD.

8.15. Fornecer a seus funcionários todos os equipamentos de segurança previstos na legislação vigente do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.16. Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do CONTRATANTE.

8.17. Entregar os materiais durante os dias e horários estabelecidos pela CONTRATANTE.

8.18. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

8.18.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.18.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.18.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

8.18.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.18.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.19. Não transferir ou terceirizar os materiais adquiridos, salvo com expressa autorização da CONTRATANTE.

8.20. Submeter à aprovação do Departamento de Administração Interna (DEADI) toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas, de cunho administrativo legal.

8.21. No caso de cooperativas:

8.21.1. Recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado.

8.21.2. Recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa.

8.21.3. Comprovante de distribuição de sobras e produção.

8.21.4. Comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).

8.21.5. Comprovante da aplicação em Fundo de reserva.

8.21.6. Comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias.

8.21.7. Eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de Ordem Bancária (OB), para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.5. Na hipótese de pagamento por meio de organizações fornecedoras de que trata o inciso II do caput do art. 10, os custos operacionais de transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento poderão ser deduzidos do valor a ser pago aos beneficiários fornecedores, desde que previamente acordado, conforme art. 11, do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021..

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária para pagamento.

12.7. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

12.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

12.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

12.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.13.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Por tratar-se de aquisições de materiais de hortifrúts e café em grão e em pó por meio de Chamada Pública provenientes de Agricultura Familiar, não gerando assim obrigações futuras além das garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e neste Termo de Referência.

14.1.2. A não execução ou atrasos da entrega dos produtos gerará sanções já discriminadas no item 16 deste Termo de Referência; e

14.1.3. O pagamento apenas será realizado, após a execução do serviço.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. Não haverá garantia contratual de bens, por tratar-se de Gêneros Alimentícios provenientes de Agricultura Familiar.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 8.666, de 1993 e Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

16.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Não mantiver a proposta; e

16.1.6. Cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. **Multa**:

16.2.2.1. Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **5 (cinco) dias**;

16.2.2.2. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “16.2.4” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “16.2.1. ”, “16.2.3. ”, “16.2.4. ” e “16.2.5. ” Poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

17.2. Poderão participar desta Chamada Pública agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e na publicação da Portaria nº 161 – MAPA, de 09 de agosto de 2019, que institui o Selo Nacional da Agricultura Familiar – SENAFA.

17.3. Beneficiário fornecedor, cujo público apto a fornecer alimentos da Agricultura Familiar, quais sejam, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores, artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

17.4. Organização fornecedora, cujo cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definitivos por Resolução do GGPAA.

17.5. A organização fornecedora (Grupo formal) deverá apresentar, sob pena de inabilitação, os documentos abaixo relacionados:

17.5.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ;

17.5.2. Detenha e apresente a cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP Jurídica para associações e cooperativas de Agricultores Familiares;

17.5.3. Detenha e apresente o extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF — DAP Jurídica. Serão consideradas apenas as DAP Jurídicas ativas, com consulta realizada na data de análise das propostas;

17.5.4. Detenha e apresentem a cópia ou extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – DAP das organizações fornecedoras, nos termos do art. 2º, em especial § IIº da Resolução nº 84/2020 — GGPAA;

17.5.5. Detenha e apresente a cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações;

17.5.6. Detenha e apresente a cópia da Carteira de Identidade e do CPF (autenticadas ou acompanhadas do original) do (s) representante (s) legal (is) da entidade proponente;

17.5.7. Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF. Caso, durante a análise, seja necessário, a Comissão Permanente de Licitação poderá realizar consultas quanto às seguintes certidões:

17.5.8. Certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, Dívida Ativa da União, CNDT;

17.6. Comprovação de Certificação de Produção Orgânica, conforme o caso. A Organização Fornecedor somente poderá vender produtos provenientes de beneficiário (s) fornecedor (es), sob pena de inabilitação. O Beneficiário Fornecedor (Grupo informal) deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, sob

pena de inabilitação:

17.6.1. Cópia de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física — CPF;

17.6.2. Cópia da Declaração de Aptidão aa PRONAF — DAP ou extrato da DAP; e

17.6.3. Certificação de Produção Orgânica, conforme o caso.

17.7. A CONTRATADA é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33º, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53º do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.

17.8. Os empregados da CONTRATADA destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital/Contrato.

17.9. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

17.10. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**

17.10.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.11. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.11.1. CNPJ da licitante; e

17.11.2. O Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão e CNPJ e Razão Social da empresa.

17.12. Valor Total: **R\$ 205.798,58** (duzentos e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos).

17.13. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Edital.

17.14. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

17.15. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 205.798,58** (duzentos e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. As despesas decorrentes da presente licitação, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício 2022, na dotação abaixo discriminada:

19.1.1. Órgão/Unidade: 52101 - Ministério da Defesa;

19.1.2. Programas de Trabalho do MD: 05.331.2108.2012.0053 (Administração da Unidade) e 05.122.2108.2000.0001 (Alimentação de Militares em Rancho); e

19.1.3. Natureza de Despesa: 33.90.30 (Material de Consumo).

20. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL (AMOSTRA)

20.1. Imediatamente após a Fase de Habilitação, o Presidente da **Comissão Permanente de Licitação (CPL)** poderá solicitar que sejam entregues amostras dos itens **49 – CAFÉ: TIPO: TORRADO; APRESENTAÇÃO: GRÃO** e **50 – CAFÉ: TIPO TORRADO, APRESENTAÇÃO MOÍDO** conforme a especificação constante na tabela abaixo, em até 4 (quatro) dias úteis após a solicitação, no local estabelecido em Ata, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, que deverá ser submetido aos testes que se julgarem necessários.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA
49	CAFÉ. TIPO: TORRADO; APRESENTAÇÃO: GRÃO; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:
50	CAFÉ. TIPO: TORRADO; APRESENTAÇÃO: MOÍDO; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:

20.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita **Comissão Permanente de Licitação (CPL)** ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas acima, a proposta da Organização Fornecedor será recusada.

20.3. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, a **Comissão Permanente de Licitação (CPL)** analisará a aceitabilidade da Proposta de Venda ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no instrumento.

20.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

20.5 A Organização Fornecedor deverá colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes.

21. APÊNDICES (4813984)

21.1. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar;

21.2. Apêndice II - Modelo de Proposta de Venda;

21.3. Apêndice III - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Organizações Fornecedoras;

21.4. Apêndice IV - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Beneficiários Fornecedoras;

21.5. Apêndice V - Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Limite Individual de Venda.

21.6. Anexo de Consumo e Previsão;

CARLOS VICTOR TEIXEIRA DE VASCONCELOS

Chefe da Assessoria de Cerimonial - ASCER

De acordo:

ODILON MAZZINI JUNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais - DESEG

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

LUCIANO PFEIFER MACEDO

Ordenador de Despesas Substituto

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Compras

Atualização Junho/2021

Acessado em 07 de fevereiro de 2022, às 10h16min (horário de Brasília) no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/compras-pregao-eletronico>*"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"*Documento assinado eletronicamente por **Odilon Mazzini Junior, Diretor**, em 26/04/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.Documento assinado eletronicamente por **Luciano Pfeifer Macedo, Ordenador(a) de Despesa, substituto(a)**, em 26/04/2022, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.Documento assinado eletronicamente por **Carlos Victor Teixeira de Vasconcelos, Chefe**, em 27/04/2022, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **4953166** e o código CRC **85985DE0**.